
Artigo Científico

Perspectivas sobre o projeto de constituição da neuropsicanálise: um olhar crítico

Perspective on constitution project of neuropsychanalysis: a critical view

Estevão M. Guerra^{a,✉} e José Ignacio T. Xavier^{b,c,✉}

^aFaculdade de Psicologia, Faculdade Regional de Ubá, Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), Ubá, Minas Gerais, Brasil; ^bSecretaria Estadual de Saúde, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil; ^cNúcleo de Estudos e Pesquisa em Psicoterapia (NEPP), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo

O consistente avanço da pesquisa neurocientífica tem suscitado concatenações com a psicanálise visando a criação de uma nova disciplina: a neuropsicanálise. A expressão ‘neuropsicanálise’ oferece, em si mesma, algumas dicas da pretensão “amalgamante” entre os distintos campos do conhecimento e o presente artigo objetiva examinar as condições de ‘transcrição conceitual’ entre estes dois domínios bem como o seu inverso: até que ponto estes campos – caracterizados por procedimentos epistemológicos e metodológicos distintos – podem realizar com sucesso a escalada rumo a um novo paradigma. Assumimos que alguns conceitos da psicanálise e da neurociência podem ‘migrar’, observadas as devidas cautelas, entre os dois campos sem o risco de se incorrer em ‘imposturas intelectuais’. Por outro lado, acreditamos que alguns dos conceitos centrais da psicanálise não se mostram epistemologicamente aptos a encontrar ressonância no campo da neurociência (e vice-versa) sem o risco de perdas irreparáveis em sua identidade conceitual. © Cien. Cogn. 2008; Vol. 13 (3): 02-18.

Palavras-chave: neurociências; psicanálise; neuropsicanálise; epistemologia; neurodinâmica.

Abstract

The consistent advance of neuroscientific research has stimulated links with psychoanalysis, leading to the creation of a new discipline: neuropsychanalysis. The term ‘neuropsychanalysis’ offers, in itself, several indications of the wish for amalgamation between these distinct fields of knowledge. The present article aims to examine the possible conditions for a ‘conceptual transcription’ between these two domains, as well as for its opposite: to what extent these fields – characterized by epistemological and methodological procedures which are diametrically opposed – can realize with success the steps required for a new paradigm. Let us assume that some of the concepts of psychoanalysis and of neuroscience can ‘migrate’, given due caution, between the two fields without the risk of incurring intellectual impostures. Or on the other hand let us acknowledge that some of the central concepts of psychoanalysis do not appear epistemologically suitable in finding any resonance in the field of neuroscience (and vice versa) without the risk of irreparable losses to its conceptual identity. © Cien. Cogn. 2008; Vol. 13 (3): 02-18.

Keywords: *neurosciences; psychoanalysis; neuropsychanalysis; epistemology; neurodynamics.*

1. O Problema epistemológico da neuropsicanálise

Desde a abandonada tentativa inicial de Freud de embasar neurologicamente a psicanálise não houve momento mais propício para a retomada do seu projeto de integração como agora. Entretanto, tal empreitada enfrenta resistências em ambas as cabeceiras da ponte que Freud originalmente pretendeu estabelecer entre neurologia e psicanálise. Muitas delas emergem de pura e simples inércia cognitiva e resistência corporativa; outras, entretanto, apontam para as inevitáveis dificuldades epistemológicas e metodológicas que precisam ser superadas para que a ponte a ser construída se revele efetivamente viável, sólida e transitável.

Herculano-Houzel (2005) admite haver noções importantíssimas na psicanálise que são hoje reconhecidas também pela neurociência; mas é apenas esperado que duas áreas independentes que se interessam pelo mesmo assunto – a mente humana – tenham opiniões convergentes e reconheçam os mesmos fenômenos.

Pelo lado da psicanálise, também se observa semelhante reserva, uma vez que André Green (1995) ressalva que uma das contradições da ciência é que ela se mostra incapaz de fornecer uma teoria do sujeito vivo, aquele que (dentre outras coisas) produz ciência. O pensamento científico, como observa Green,

“(...) só é capaz de se empenhar numa teoria da produção da ciência, mas não do sujeito produtor da ciência, porque uma concepção do sujeito produtor da ciência deveria conjugar, articular e pensar o funcionamento científico e o funcionamento não-científico da pessoa....trata-se de fazer a teoria da ciência, a teoria do sujeito produtor de ciência, quer dizer, fazer a teoria do psiquismo. Como convivem e coexistem os dois e o que significa isso?” (Green, 1995: 30)

As palavras de Green parecem remeter diretamente ao desafio da próxima fronteira do conhecimento em nosso campo; um desafio cuja superação exige que deixemos aqui a nossa modesta contribuição. Logo, a questão nuclear de nosso estudo visa avaliar até que ponto alguns conceitos centrais destes distintos campos estão epistemologicamente aptos a estabelecer algum tipo de relação produtiva. Falar em amálgamas entre psicanálise e neurociência ignorando-se que por detrás destes termos estão embutidas complexas cadeias conceituais com intrincados níveis de coerência interna é uma pretensão insustentável; por outro lado, um diálogo interdisciplinar entre ambos os campos pode ser fecundo, mas isto não implica, em hipótese alguma, autorizar a emissão de generalizações totalizantes mediante articulações arbitrárias.

Ao violar os critérios de Popper, o método da psicanálise revela-se diametralmente oposto ao da neurociência uma vez que a primeira não pode, dentre outras coisas, falsear o seu objeto de estudo. Não compartilhamos, na íntegra, do projeto epistemológico de Popper. Todavia, respeitada as devidas proporções, o critério de “falseabilidade científica” (Popper, 2003) ainda encontra ressonância no cenário acadêmico contemporâneo. Para a vertente materialista, este é ‘o’ ponto central do debate, posto que a psicanálise não reivindica para si o método científico das ciências exatas ou biológicas preferindo, antes, aqueles procedimentos que a aproximam de uma perspectiva fenomenológica ou hermenêutica, métodos mais afinados ao estudo “compreensivo” da existência humana em toda sua complexidade subjetiva.

O diálogo interdisciplinar entre as neurociências e a(s) psicanálise(s) é não somente salutar como imprescindível, e o futuro das psicoterapias (a psicanálise inclusa) parece passar necessariamente por tal caminho a menos que se pretenda perpetuar a concepção dualista de mente e cérebro como domínios diversos de distintos campos de saber.

O projeto da neuropsicanálise, entretanto, se apresenta aos nossos olhos com outras pretensões: a almejada “fusão” destes campos distintos parece buscar tão somente o respaldo neurocientífico para a legitimação da psicanálise enquanto ciência plena, já que Kaplan-Solms e Solms (2005) parecem considerar a simples adição do método neuropsicológico de Luria como condição necessária e suficiente para legitimar o arcabouço psicanalítico como um todo. Vejam:

“Acreditamos que este método de Luria (...) permite identificar a organização neurológica de qualquer faculdade mental, não importa quão complexa possa ser, sem contradizer as hipóteses sobre as quais foi construída a psicanálise.” (2005: 64)

E mais: como se tal ačodamento epistemológico não fosse suficiente, os autores operam uma redução da psicologia à teoria psicanalítica, como se esta fosse o único pilar legítimo para a compreensão da psicologia profunda: “(...) as funções psicológicas ainda são compreendidas em seus próprios termos psicológicos; sua estrutura essencial, dinâmica, é respeitada e resguardada (...)” (Kaplan-Solms e Solms; 2005: 64).

Segundo Kaplan-Solms e Solms (2005: 84-85), os achados da pesquisa neuropsicológica “só podem ser correlacionados com a psicanálise através de trasladações indiretas”, o que gera os problemas insolúveis característicos de uma metodologia especulativa. Logo, a posição de Solms e Solms acaba por contemplar um salvo-conduto para todos os conceitos-chave do edifício psicanalítico dispensando-se qualquer operação adicional para a validação da transcrição conceitual entre os campos. Assim – e a julgar-se pela citação de Kaplan-Solms e Solms – além da transferência ganhariam ‘imunidade diplomática’ todos os demais conceitos basilares da psicanálise que lhe dão suporte, como: libido, catexia, pulsão, desenvolvimento psicosssexual e, em particular, a teoria do recalque e a constituição do inconsciente (a pedra angular do edifício da psicanálise, nas palavras do próprio Freud) e as subseqüentes noções de pulsão de morte e compulsão à repetição.

Afirmam aqueles autores que – para que se possa proceder à avaliação neuropsicológica da dimensão subjetiva – é necessário o desenvolvimento de um método que seja capaz de evidenciar o interjogo neurodinâmico entre as emoções complexas que constituem o cerne da subjetividade e as funções cognitivas de ‘superfície’, ou razão instrumental. De acordo com Kaplan-Solms e Solms (2005:88), tal procedimento seria viabilizado pela simples adição da técnica da associação livre ao método neuropsicológico de Luria, uma vez que – segundo os mesmos autores – a avaliação neuropsicológica-padrão é capaz tão somente de eliciar e identificar os transtornos cognitivos de ‘superfície’ (fala, cálculo, percepção visual, etc.) que operam de modo relativamente livre das resistências emocionais enquanto que os processos mentais são entidades dinâmicas complexas, passíveis de resistência, e não podem, portanto, ser reduzidos à condição de ‘centros’ estáticos isomorficamente correlacionados com as estruturas individuais da anatomia cerebral (Kaplan-Solms e Solms, 2005: 86).

Kaplan-Solms e Solms apostam na transferência como a ponte de ligação entre ambos os campos na tentativa de objetivar a conexão entre os distintos domínios conceituais da psicanálise e da neuropsicologia. Assim, a validação do percurso daqueles autores requer – em primeiro lugar – o exame das condições de transcrição da noção de transferência para que se

possa então julgar se o projeto de integração da neuropsicanálise é uma perspectiva efetivamente livre de imposturas intelectuais.

Entretanto, o reconhecimento da transferência como o ‘elo perdido’ entre as neurociências e a psicanálise - como pretendem Solms e Solms - implica na admissão implícita de que os demais conceitos-chave psicanalíticos dos quais ela deriva (pulsão, inconsciente, repetição) também estariam validados *a priori* e, por consequência, todo o edifício teórico-clínico da psicanálise pode permanecer incólume, sem revisões, reformulações ou descartes. Onde passa um boi, passa a boiada...

2. O conceito de transferência e suas possíveis articulações com a neurociência

De acordo com a psicanálise, a transferência caracteriza-se como um:

“(...) processo pelo qual desejos inconscientes se atualizam sobre determinados objetos no quadro de um certo tipo de relação estabelecida com eles e, eminentemente, o quadro da relação analítica. Trata-se aqui de uma repetição de protótipos infantis, vivida com uma sensação de atualidade acentuada.” (Laplanche e Pontalis, 1994: 668)

O termo “transferência” não pertence exclusivamente à psicanálise, já que se refere ao deslocamento de valores, entidades e afetos (isto é, emoções e sentimentos), em atos de “desrealização” do real. Freud até mesmo chegou a fazer o seguinte comentário: “Não é verdade que a transferência surge com maior intensidade durante a psicanálise do que fora dela. Em instituições nas quais doentes nervosos são tratados não analiticamente, podemos observar a transferência ocorrendo com a maior intensidade” (*apud* Sandler *et.al.*, 1986: 43). Curiosamente, a noção de transferência pode ser hipertrofiada a ponto de obliterar completamente qualquer possibilidade de uma experiência atual original, conforme se observa aqui: “todas as comunicações e toda a conduta, dentro e fora da situação psicanalítica, são consideradas como transferência (...) todo o comportamento poderia ser classificado como transferência” (Sandler *et al.*, 1986: 42).

Cooper (1987), por sua vez, alega que do ponto de vista cognitivista, a “transferência” é uma simplificação, pois um paciente pode apresentar uma generosa diversidade de situações transferenciais relacionadas a diferentes estruturas neurológicas e processos psicológicos. A transferência parece ser um fenômeno intrinsecamente humano por referir-se a reativações de memórias de comportamento, afetos e valores das mais diversas origens que, por “direito”, “pertenceriam” a outro ser ou objeto. Enfim, estaremos diante de uma condição transferencial sempre que houver a transposição de uma tonalidade afetiva ou de uma ação de um sujeito em direção a outro sujeito ou objeto.

Seguramente, o contexto clínico - seja ele organizado de acordo com as peculiaridades teóricas das diversas correntes psicológicas que reconhecem a transferência - oferece ao analisando a possibilidade de que esta “distorção” da realidade se desenvolva artificialmente e que a neurose de transferência - esse precioso recurso técnico - seja reconhecida e instrumentalizada pela vivência pessoal do psicoterapeuta durante o ato analítico.. Mas, de que forma a neurociência pode nos ajudar a elucidar a gênese de alguns mecanismos transferenciais presentes em qualquer relação humana?

Uma posição alternativa para a compreensão tanto da sua gênese quanto da sua ativação pode ser encontrada na constatação de que os conteúdos afetivo-cognitivos adquiridos no curso dos processos filogenéticos e ontogenéticos do desenvolvimento humano respeitam um algoritmo construtivista e recursivo; logo, o termo “representação” revela-se inadequado no que tange ao perfil intrinsecamente dinâmico inerente à construção dos

conteúdos afetivo-cognitivos que, posteriormente, se revelarão passíveis de transferência de uma situação existencial a outra. Nos parece legítimo advogar que este intrincado processo de desenvolvimento dos padrões afetivo-cognitivos possa constituir-se como uma propriedade emergente da atividade em curso nos substratos neurobiológicos, que é onde a vida acontece.

Assim, devemos nos ater neste momento a alguns fatores que contribuem para uma fundamentação neurocientífica da transferência. Conforme será visto adiante, o estudo dos sistemas de memória implícita e explícita e o reconhecimento das ressonâncias neurodinâmicas entre as estruturas e sistemas cerebrais implicados na produção das emoções primárias e secundárias contribuem com dados relevantes para a formação da transferência.

As robustas contribuições à neurobiologia das emoções sumarizadas por Joseph LeDoux (1998) revelam que as atividades fisiológicas devem possuir ‘representações’ cognitivas para que possam engendrar uma experiência emocional. Esclareça-se que o termo ‘representação’ é aqui utilizado por LeDoux no sentido neurológico do termo e não na acepção psicanalítica de um representante simbólico de um conteúdo previamente recalcado. LeDoux ressalta, entretanto, que um determinado processo de avaliação cognitiva (como o medo de animais, por exemplo) não precisa ser necessariamente consciente. É bem sabido que possuímos um padrão de intenções e desejos e, todavia, não sabemos, em muitas situações, explicar precisamente por que agimos de uma forma e não de outra. Esta questão sugere que a cognição intencional ou consciente não constitui uma condição suficiente para o desencadeamento de um quadro emocional.

Um exemplo bastante curioso refere-se às experiências levadas a cabo por Bargh (1992, *apud* LeDoux, 1998: 56) revelando que emoções não-conscientes podem capturar nossas coordenadas cognitivas. No referido estudo, à guisa de uma pesquisa sobre a fluência escrita, foi proposto a um grupo de voluntários que escolhessem livremente algumas palavras fornecidas de antemão em diversos cartões. Após a escolha, foi-lhes solicitado que escrevessem algumas sentenças utilizando as palavras previamente escolhidas. A equipe de Bargh observou que, uma vez encerrado o experimento, e ao contrário dos voluntários que elegeram outros temas, as pessoas que escolheram escrever sobre a velhice assumiram um comportamento psicomotor “condizente” àquela etapa da vida, caminhando mais lentamente ou adotando uma atitude mais encurvada e reflexiva.

Observe-se que o acesso ao estímulo era consciente assim como a organização de idéias referente ao tema. Todavia, surpreendentemente, algo de cunho implícito e emocional revelou-se nas atitudes posteriores observadas pelos pesquisadores. Ora, este procedimento diante da organização de idéias, tarefas ou intenções inconscientes assumidas na vida - geralmente atribuído a escolhas voluntárias - sempre foi o tema de investigação da psicanálise e demais escolas que atribuem significados e/ou motivações inconscientes para as condutas. O experimento de Bargh, como tantos outros, parece demonstrar inequivocamente que os conteúdos de nossa história, nossos valores, crenças e desejos também matizam nossa organização mental através de mecanismos primariamente transferenciais, isto é: inconscientes.

2.1. Memórias de procedimento emocional, transferência e a atividade cognitiva ‘superior’

Vejamos agora como podem se articular as dimensões corporais, emocionais e cognitivas na constituição da subjetividade. Segundo Damásio (1996), o termo “raciocínio” apresenta algumas implicações:

- 1) da situação que requer uma decisão;

- 2) das diferentes opções de ação (respostas) e,
- 3) das conseqüências de cada uma dessas opções (resultados), imediatamente ou no futuro.

Todavia, pouco se fala sobre as emoções e sentimentos envolvidos neste processo que - hoje se sabe - não é exclusivamente racional conforme pretendia Descartes.

Damásio (1996) demonstra que lesões no córtex ventromedial inibem e, em casos extremos, desabilitam o julgamento emocional, cuja atribuição consiste em valorar eticamente as decisões e os acontecimentos cotidianos. Durante situações e decisões cotidianas, experimentamos sensações viscerais (na maior parte do tempo, inconscientes) que expressam os estados somáticos em ressonância com a experiência existencial em curso.

Estes estados corporais ou marcadores-somáticos engendram os sentimentos de fundo (Damásio, 1996) que agregam singularidade às decisões (em grande extensão inconscientes, como já mencionamos) que se forjam em consonância com o modo com que incorporamos o mundo. Segundo Damásio,

“os *marcadores-somáticos* são um caso de uso especial de **sentimentos gerados a partir de emoções secundárias**. Essas emoções e sentimentos foram ligados, pela aprendizagem, a resultados futuros previstos de determinados cenários. Quando um marcador-somático negativo é justaposto a um determinado resultado futuro, a combinação funciona como uma campanha de alarme. Quando, ao contrário, é justaposto um marcador-somático positivo, o resultado é o incentivo.” (Damásio, 1996: 206, Grifo nosso)

Embora a citação de Damásio revele um viés instrumental e comportamentalista, podemos dizer que os *marcadores-somáticos* nos “encarnam” na vida e fazem nossas decisões possuírem “cores”. Este aspecto da posição conexionista-emergentista defendida por Damásio, Panksepp e outros demonstra o monismo de dupla-face na origem da vida mental, e tanto as concepções de um paralelismo psicofísico ou mesmo a posição intermediária da simbiose (como se encontra nas escolas psicossomáticas) entre os processos “cognitivos” e os processos “emocionais”, tornam-se evidentes como ‘restos arqueológicos’ de uma concepção dualista acerca da natureza humana.

A questão, entretanto, não se resume à natureza monista dos processos mentais e - assim como Damásio - Panksepp (2001b) sustenta a perspectiva de uma dupla natureza sinérgica a constituir o campo da consciência, cenário de ação por excelência da experiência psicoterapêutica. A histórica (e ilusória) distinção entre corporeidade, emoção, sentimento e razão constitui um artefato fenomênico de superfície e segundo Panksepp (1998: 303):

“(...) nossos pensamentos e ações são provavelmente guiados por nossos sentimentos interiores – sentimentos que inicialmente (...) foram completamente biológicos e emocionais, mas que através de inúmeras interações sensorceptivas com os nossos ambientes, tornaram-se inextricavelmente misturadas com a aprendizagem e com os eventos do mundo.”

A neurobiologia de Damásio esclarece que nascemos dotados de uma circuitaria neural que provê a incorporação – ao conjunto de informações disponíveis para processamento na rede neuronal – de estados somáticos que ocorrem em resposta a determinadas categorias de estímulos. Esta fração do aparato neural filogeneticamente desenhada para a codificação emocional primária apresenta-se como o suporte neurobiológico a partir do qual se dá a deriva ontogenética da relação (inicialmente sensorio-motora e pré-

reflexiva) com o ambiente. É desta interação que emergem as nossas possibilidades emocionais secundárias que serão passíveis, futuramente, de transposição ou ‘transferenciação’ de uma situação à outra devido ao caráter intrinsecamente construtivista e recursivo da interação entre organismo (representado pelo *hardwiring* neurobiológico) e ambiente (representado pelo *softwiring* da rede neuronal, dependente da experiência) Assim, Grigsby e Hartlaub, (1988 *apud* Clyman 1991) definem a transferência como “a enação dos procedimentos emocionais aprendidos na infância” ao mesmo tempo em que ressalta a organização da estrutura caracterológica em termos de memórias de procedimento.

Na mesma linha, Panksepp (2001a: 132) observa que o caráter psicológico de cada criança emerge das interações positivas e negativas de seus sistemas cerebrais emocionais com os eventos do mundo¹:

“Os sistemas emocionais positivos parecem operar como atratores que capturam os espaços cognitivos, levando-os à sua ampliação, cultivo e desenvolvimento enquanto as emoções negativas tendem a restringir as atividades cognitivas, segregando-as em canais mais estreitos e obsessivos.”

No que concerne às relações entre as instâncias cognitivas e as dimensões emocionais da rede neuronal, Damásio observa que não seria necessariamente obrigatório, por exemplo, identificar um animal ou uma situação para que seja desencadeada uma reação de medo. O medo não se vincula a uma especificidade, mas a uma categoria generalizável. LeDoux (1998: 270), por sua vez, observa que “não é possível ter um sentimento completo de medo (com sentimentos de apreensão) sem a ativação da amígdala”. Logo, a partir de uma situação traumática, podemos compreender como se articulam os mecanismos inatos de defesa e os diferentes tipos de memória. Se um hipotético indivíduo houvesse sido picado por uma cobra é possível que ele desenvolvesse um reflexo condicionado de medo sempre que avistasse qualquer coisa semelhante a uma cobra; mas o ambiente onde aconteceu o ataque da cobra também poderia exercer influência nestas respostas condicionadas de medo e, neste sentido, atuaria enquanto um ‘gatilho’ ou *condicionamento contextual*.

A principal estrutura cerebral responsável por esta avaliação-lembrança contextual é o hipocampo e lesões nesta estrutura podem inibir as reações de medo provocadas pelas “representações” contextuais, ainda que continuem preservadas as reações “primárias” de medo (cuja desinibição é modulada pelos disparos dos neurônios do grupo central da amígdala) ao nos depararmos com coisas como cobras, galhos em forma de cobras, etc. Caracteriza-se assim a dupla natureza sinérgica, neurodinâmica, das experiências atualizadas de memória.

De acordo com LeDoux (1998), em humanos as informações do ambiente são captadas principalmente pelo sistema visual. As informações captadas pelas retinas seguem ao tálamo visual e ao córtex visual primário. Ao vermos uma cobra, uma imagem sensorial é criada e mantida na memória de trabalho - cuja atividade neuronal, por sua vez, se integra aos disparos em curso nos neurônios responsáveis pelas memórias de longo prazo engendrando um novo padrão neurodinâmico na atualidade da rede global de neurônios. Portanto, as respostas aos seres e objetos que se apresentam à nossa consciência, dependem tanto do conjunto perceptivo atual como do conjunto histórico implícito (i. é, o inconsciente mnêmico) contido nas imagens evocadas, e cada um de nós irá interagir com seres e objetos de forma singular (e estereotipada, nos casos que demandam terapia).

Como acrescenta Damásio (1996: 124), “é improvável que alguma vez venhamos saber o que é a realidade absoluta”, pois as disposições pré-frontais adquiridas e fundamentais para as emoções secundárias são distintas das emoções inatas. Neste sentido, quando a

memória de longo prazo abriga ‘representações’ traumáticas, o sistema de auto-preservação é informado sobre uma situação de ‘perigo’ real ou potencial e todo o ‘pacote’ de comportamento defensivo é ativado caso nos encontremos diante de tal estímulo.

A amígdala é o nosso ‘segundo sino de alarme’ e os medos simbólicos são a causa mais prevalente de ansiedade nas sociedades civilizadas (Graeff, 1993). Assim, de simples construções cognitivas para alguns, as cobras desencadeiam um processo neurobiológico emocional (memória emocional implícita) para outras pessoas à medida que a atividade do sistema da amígdala se incorpora ao quadro neurodinâmico global, pois a ativação da porta de saída da informação amigdaliana libera a atividade do PAG² e desinibe a cascata de reações autonômicas, comportamentais e cognitivas características de um estado de medo.

Além da apresentação explícita, ou seja: a consciência assertiva e proposional de uma determinada lembrança, LeDoux considera que a memória traumática pode possuir também uma dimensão implícita. Esta última, considerada por ele como *memória emocional*, e não uma *memória de uma situação emocional* vem acompanhada por uma série de manifestações somatopsíquicas similares àquelas que foram experimentadas pelo hipotético indivíduo no traumático encontro com a cobra. Preferimos aqui a expressão ‘somatopsíquica’ ao consagrado termo ‘unidade psicossomática’ para salientar que - do ponto de vista evolutivo - o somático antecede ao psíquico. Igualmente, Reich (1945/1989) postulava que o aparelho psíquico constitui uma forma especial de evolução das propriedades básicas de auto-regulação do domínio somático

Outro ponto curioso relativo às vivências traumáticas refere-se à descarga adrenérgica provocada pela estimulação do sistema nervoso autônomo e da glândula supra-renal a partir da desinibição dos neurônios do PAG, o que produz uma espécie de *imprinting* emocional. Neste sentido, torna-se muito mais fácil lembrar ou - ao contrário - elidir a consciência de uma memória traumática via transferência de fatos e imagens vividos sob uma excessiva estimulação somatopsíquica do que instar o recrutamento e/ou inibição de memórias em que a descarga adrenérgica não fazia parte do padrão neurodinâmico no momento da vivência-fonte.

Não somos meras “máquinas triviais” (Maturana e Varela, 2002) que aprendem a fazer somente operações cognitivas “desencarnadas”, decodificando objetos, mensurando-os e interpretando-os sem “senti-los”; sem, enfim, transferi-los potencialmente a outras situações de vida (Guerra, 2007). Haveria então “estados sucessivos do organismo, cada um neuronalmente re-representado em múltiplos mapas concertados, momento a momento, e cada um ancorando o eu que existe a cada momento”³ (Damásio, 1996: 226). Além de intrínsecas aos processos de construção e introjeção das experiências do mundo, as reações emocionais são a salvaguarda de nossa autopreservação; porém em outro contexto elas podem tornar a vida da pessoa um inferno, como se vê nas grandes síndromes psiquiátricas. Por outro lado, acrescenta Damásio (1996: 78), “a redução das emoções pode constituir uma fonte igualmente importante de comportamento irracional”.

É possível inferir, portanto, que o exagero (potenciação de longo prazo ou LTP) e o embotamento (depressão de longo prazo ou LTD) das memórias formadas a partir das experiências emocionais primitivas engendram algoritmos neurodinâmicos de longo prazo para o funcionamento da vida humana, o que nos remete ao papel das memórias emocionais implícitas que engendram os futuros acontecimentos de ordem transferencial. Mas... como isso acontece?

2.2. Transferência e conhecimento relacional implícito

Segundo Stern e colaboradores (1998), o ‘conhecimento relacional implícito’ é um conceito de importância fundamental para o estudo da psicologia do desenvolvimento dos

bebês em estágio pré-verbal. Segundo os autores, essa modalidade de conhecimento implícito é registrada “sob a forma de representações não-simbólicas de eventos interpessoais” e tem início já no primeiro ano de vida. Isto é evidente, prosseguem Stern e colaboradores, não apenas na observação dos comportamentos de expectativa observados nos bebês “mas também **na generalização de certos padrões de interação**” (Stern *et al.*, 1998, grifo nosso).

Alguns pesquisadores do grupo de Stern descrevem a presença de “um processo contínuo de negociação envolvendo uma sequência de desafios adaptativos entre o bebê e o ‘ambiente-cuidador’ desde os primeiros momentos de vida. Stern *et al.* observam a emergência de uma estratégia adaptativa singular a partir da história de acoplamentos de cada bebê com o seu ambiente-cuidador, período no qual se elabora “a organização inicial do domínio do conhecimento relacional implícito” (Stern *et al.*, 1998).

Consoante a estas observações, autores alinhados a uma visão radical do construtivismo, ressaltam a necessidade de se estabelecer distinções fundamentais acerca das particularidades biológicas estruturais da cognição, dado que elas diferem de seus aspectos funcionais. Tais autores dão a impressão de querer superar o “apriorismo biológico” (Changeux, 1991) e os resquícios de uma epistemologia representacionista. Ao defender a tese de que os processos cognitivos vão se “impondo” gradualmente à consciência em decorrência de sucessivas transformações estruturais e funcionais da rede neuronal, estes autores corroboram a posição construtivista, onde o complexo processo de organização e desenvolvimento afetivo-cognitivo não se faria estritamente por “correspondências”, como em Piaget (1978), e sim por “encaixes” afetivo-cognitivos.

Por outra via, encontra-se em Stern e colaboradores (1998), que “uma extensa combinação de conhecimentos implícitos concernentes às inúmeras maneiras de ser-com-outras continua ao longo da vida”, o que engloba as diversas apresentações da transferência. Embora tais conhecimentos implícitos sejam frequentemente de ordem não-simbólica, “isso não significa que eles sejam necessariamente inconscientes no sentido psicanalítico da palavra” (Stern *et al.*, 1998); isto é, que estejam excluídos da atenção consciente em face de uma censura defensiva. Um exemplo prototípico de transferência enquanto um produto do conhecimento relacional implícito é aquele relatado por Guntrip por ocasião de sua análise com Winnicott, quando este lhe declara ao final da primeira sessão entre ambos: “Eu não tenho nada a lhe dizer, mas temo que se eu não lhe disser nada, você irá pensar que eu não estou aqui.” (Guntrip, 1975 *apud* Stern *et al.*, 1998: 906)

Observa-se, portanto, que não existe ‘a’ transferência enquanto entidade única e, portanto, os fenômenos transferenciais nem sempre implicam em emergência de conteúdos censurados pelas operações de recalque e muito menos implicam na validação da perspectiva psicanalítica clássica do recalque. Ao contrário, a perspectiva oferecida por psicanalistas como Stern *et al.* parece abrigar a possibilidade de uma concepção inovadora para uma noção de inconsciente que enfrente o desafio da integração epistemicamente responsável entre os seus aspectos neurobiológicos e psicodinâmicos.

Certamente, a transferência é multifacetada e se presta a uma diversidade assombrosa de leituras e interpretações. Procuramos aqui sumariar algumas considerações neurobiológicas que esclarecem parte dos mecanismos que dão origem ao “fenômeno” transferencial. Tais considerações nos levam a crer que a transposição projetiva (ou “desrealização” do real) decorrente da ressurgência neurodinâmica de conteúdos significativos adquiridos filo e ontogeneticamente pode também atuar como importante mecanismo de sobrevivência *ad hoc* no plano mental, já que parece tratar-se - consciente ou inconscientemente - de um recurso somatopsíquico que viabiliza o enfrentamento (*coping*) de situações ameaçadoras, estressoras ou mesmo apenas potencialmente traumatizantes.

Nesse sentido, seria plausível esperar que no caso, por exemplo, de uma relação predominantemente traumática com os genitores, a linha de base caracterológica dessa pessoa hipotética fosse revelada por uma atitude recursiva e estereotipada de raiva, ressentimento ou aversão a pessoas, objetos, sensações e ambientes (físicos ou relacionais) que reativem as memórias traumáticas inibidas pela LTD. Em tais condições, parece legítimo inferir a entrada em cena de algum mecanismo de difusão das ressonâncias neurodinâmicas em direção à atualidade da experiência - um evento de natureza neurobiológica que, olhado pelo ponto de vista da clínica, seria prontamente reconhecido como um acontecimento de natureza transferencial.

Nessa perspectiva, um processo de ‘contágio neurodinâmico’ poderia propagar-se a partir das instâncias neurais primárias responsáveis pelos processos perceptivos automáticos e “autodetectáveis” que - vendo-se a questão pela perspectiva das experiências relacionais implícitas adquiridas ao longo da primeira infância – podem servir de suporte aos mecanismos transcognitivos de evitação de natureza inconsciente; uma dimensão inconsciente, entretanto, de ordem diversa daquela dos processos de recalçamento conforme a tópica freudiana, o que demanda que se reconsidere a noção de inconsciente na perspectiva apontada por Reich (1945/1989) Segundo Reich, os traços de caráter constituem as paredes do reservatório de conteúdos inconscientes. Os traços de caráter por sua vez, são engendrados a partir do acoplamento entre os impulsos instintuais e o entorno ambiental e se perpetuam como traços mnêmicos de ordem emocional implícita (*apud* Xavier, 2004).

Parece estar evidente que a forma como “rechearemos” este fenômeno, intrínseco ao funcionamento afetivo-cognitivo inconsciente, é puramente uma questão de “gosto” intelectual; logo, o fenômeno transferencial articulado e situado teoricamente pelas diversas escolas da psicanálise é passível de ser minimamente “identificado” pelo olhar neurobiológico que se debruça sobre a compreensão dos processos cognitivo-afetivos. Todavia, problemas maiores - aparentemente insolúveis - se apresentam a partir do momento em que se observa o entrelaçamento de outros conceitos relacionados ao processo transferencial sob a égide do paradigma psicanalítico. Tal peculiaridade não deveria causar estranheza, já que se impõe respeitar uma organização lógica de articulações que assegure a coerência estrutural entre os diversos conceitos que compõem a teoria como um todo. Apresentaremos a seguir algumas argumentações que visam problematizar a fusão indiscriminada do conceito de transferência em um contexto psicanalítico com os aportes da neurociência.

3. O conceito de transferência em um contexto psicanalítico interessa à neurociência?

Conforme Sandler e colaboradores (1986), diferentes escolas da psicanálise sustentam diferentes aspectos na definição de transferência. Ao introduzir o termo ao longo da primeira década de existência da psicanálise, Freud o fez com o intuito de identificar a dinâmica relacional inconsciente de seus pacientes que se instaurava na relação com o analista a partir da técnica da livre associação.

Esta reatualização do passado tinha, no contexto clínico, a peculiaridade de se apresentar dirigida à figura do médico(a) e, na experiência de Freud, muitas vezes impedia que o tratamento fosse bem sucedido. Posteriormente a transferência passou a assumir o papel de fator determinante no processo terapêutico e sua “destilação” estaria em primeiro plano para o sucesso do tratamento. Por fim, Freud passou a associar a “neurose de transferência” - instaurada no processo analítico através da relação com a figura do analista - às fixações (ou marcas ativas de memória implícita) decorrentes das vivências das diferentes etapas do desenvolvimento sexual infantil.

Dada a sua centralidade para a técnica da clínica, as particularidades acerca da definição de transferência bem quanto ao manejo da neurose transferencial se fundem com a própria história da psicanálise. Não detalharemos aqui as sucessivas reformulações compreensivas que assolam a transferência ao longo da história da psicanálise, pois dessa tarefa já se incumbem os próprios psicanalistas. No entanto, queremos chamar a atenção para a conexão entre transferência e sexualidade infantil.

Como bem sabem os psicanalistas, a associação entre estes dois pontos da teoria é necessariamente coerente enquanto um todo. Em outros termos, não se pode entender o conceito de transferência na psicanálise sem levar-se em consideração o desenvolvimento psicosexual infantil em todos os seus desdobramentos até o seu apogeu (fala-se aqui das escolas psicanalíticas ‘clássicas’) durante o conflito edípico. Observe-se a complexidade do problema na seguinte citação:

“o conceito de transferência foi elaborado por Freud durante os anos em que o funcionamento psíquico era visto por ele e seus colegas predominantemente em função das vicissitudes das **pulsões instintuais** e das **energias** que, segundo se pensava, as impulsionavam. Freud imaginava os **desejos sexuais** dirigidos a uma personagem importante do passado como um investimento (*catexia*) da **energia da pulsão sexual (libido)** na imagem da pessoa (**objeto libidinal**) em questão. A *transferência* era considerada um **deslocamento da libido** desde a lembrança do **objeto original** à pessoa do analista, que se tornava um **novo objeto dos desejos sexuais do paciente**, sendo que este não tinha consciência desse processo de deslocamento do passado.” (Sandler *et al.*, 1986: 37, Grifo nosso)

Os termos destacados em negrito servem para visualizar mais prontamente a cadeia de conceitos de que a transferência é refém no contexto da psicanálise. Trata-se de um fato epistemologicamente relevante, mas a proposta de Solms e Solms não o leva em consideração, pois o que os autores postulam é que o simples recurso ao método de localização dinâmica de Luria modificado (isto é, acrescido da livre associação para que se estabeleça a transferência) provê, não só a migração entre a ciência psicológica e a neurologia como assegura a ‘imunidade diplomática’ a todos os demais conceitos em sua articulação com a neurociência: “...**Isto torna possível o livre trânsito entre conceitos psicanalíticos e seus correlatos neurofísicos**, do nível global de organização neurodinâmica às minúcias da biologia molecular” (Kaplan-Solms e Solms, 2005: 79, Grifo nosso).

Observe-se que sem estas correlações internas ao esqueleto da psicanálise, o conceito de transferência não apresenta a mínima condição de ser identificado enquanto parte de tal arcabouço teórico. Neste sentido, questiona-se: até que ponto a concatenação de conceitos que engendra a psicanálise pode ser validada (em bloco, a julgar pela proposta de Solms e Solms) pelos parâmetros de pesquisa neurocientífica?

Há um ponto específico adicional, sobre o qual é importante se debruçar mais atentamente. A psicanálise defende a existência de uma “energia” denominada “libido”. Em psicanálise este termo está intimamente relacionado à noção de pulsão sexual. Entende-se por *vinculação sexual* “a relação existente entre um sujeito que dirige uma carga afetiva e um ser ou elemento que recebe, e o objeto, que pode ser do meio ambiente ou o próprio ego do sujeito” (Tallaferro, 1996: 121). Conseqüentemente, haveria *zonas erógenas* que funcionariam como “usinas libidinais” e a estimulação destas zonas estaria condicionada às possibilidades regionais de satisfação libidinal situadas no entorno das mucosas oral, anal, uretral e dos órgãos genitais, além da própria superfície corporal como um todo.

Segundo os pressupostos freudianos e em decorrência das características processuais do desenvolvimento humano a libido estaria sujeita a um processo contínuo, recursivo e interpenetrado de fixações e deslocamentos evoluindo em seqüência no mapa corporal, balizada pelo processo de mielinização dos feixes nervosos até a “genitalização” por volta dos 6-7 anos. Assim, as características e peculiaridades manifestadas ao longo do desenvolvimento psicosexual forneceriam, segundo uma visão psicanalítica, os substratos básicos para a vida psico-emocional.

Enquanto primeiro dissidente importante do movimento psicanalítico, já em 1912 C.G. Jung discordava radicalmente do projeto original de Freud. Segundo Jung, não se deve considerar uma energia de base sexual enquanto uma explicação satisfatória de libido. A libido não deve “ser outra coisa senão um nome para aquela energia que se manifesta no processo vital e que nós percebemos subjetivamente como afã ou desejo” (*apud* Tallaferro, 1996: 121).

Observe-se também que Wilhelm Reich, afastado em segredo do movimento psicanalítico em 1933, considerava a libido enquanto o aspecto funcional aparente de uma única força impulsional, que se revelava, dialética e simultaneamente, como manifestações de autoconservação libidinal e como expressão erótica aloccêntrica. De acordo com Xavier (2004: 23):

“Reich, ao avançar na reflexão sobre a dinâmica biofísica em curso nos grotões do organismo, postulou que a energia psíquica deve derivar das simples tensões de superfície, um evento fisiológico e mecânico, enraizado na química celular; tensões que se desenvolvem nos diversos tecidos do corpo humano.”

Ainda que Reich (exatamente por ter insistido na tese inicial de Freud de que a energia libidinal não deve ser reduzida somente às representações psíquicas) tenha se aproximado muito mais de uma compreensão “neurodinâmica” dos afetos e das cognições do que a psicanálise, ele ainda assim não se libertou de uma metáfora hidráulica em sua concepção, exaltando as descargas emocionais mediadas pelo sistema nervoso autônomo e a atividade vegetativa dos organismos em detrimento das operações neurodinâmicas em curso no sistema nervoso central.

O que parece estar evidente é que tão logo surgiram discípulos de Freud, alguns se tornaram contundentes opositores da psicanálise. Neste sentido, encontraremos um razoável número de definições que divergem, em maior ou menor grau, da definição original de libido proposta por Freud. Novamente ressalta-se que: não cabe aqui elencar as variantes do conceito de libido, mas sim destacar que psicanálise se vale:

- a) do pressuposto de uma *energia libidinal* concebida em bases metafísicas;
- b) que esta energia se deslocaria por *zonas erógenas* cujas representações psíquicas nada tem a ver com o corpo propriamente dito;
- c) que a presunção de sua existência está na base do conceito de *transferência*, uma vez que é através dos aspectos qualitativos e quantitativos das ancoragens libidinais em seus sucessivos deslocamentos pelas zonas erógenas que se balizam os contornos da vida afetiva e seus futuros padrões transferenciais. Assim, uma dada resolução da etapa oral acarreta uma determinada singularidade para o conjunto das disfunções afetivas e assim sucessivamente, com cada vicissitude erógena dando a sua parcela de contribuição para o conjunto do funcionamento da pessoa em devir.

Ora, de acordo com as pesquisas em neurobiologia, o conceito de *energia* é de outra ordem. Uma proposta “neurodinâmica” para o entendimento dos processos afetivos e cognitivos remonta a Luria, que já em 1927 “propôs à psicoterapia uma abordagem ‘neurodinâmica’ que deveria completar o sonho original, porém abandonado por Freud, da integração entre a psicanálise e a neurologia (...) Mas a neuropsicanálise, embora reconhecendo a sua dívida para com Luria, não se autodenomina ‘neurodinâmica’.” (Haldane, 2004: 45).

Desde então, aportes consistentes oriundos das neurociências pavimentam uma via alternativa, neurodinâmica, para a compreensão dos processos que compõem a vida humana e suas tragédias. Atualmente já se encontram satisfatoriamente mapeadas as contribuições de inúmeras regiões fundamentais ao processamento de atividades cognitivas clássicas (atenção, memória, pensamento, funções perceptivas superiores, linguagem) e, contemporaneamente, as emoções (Panksepp, 1998). Entretanto, dado o caráter metafísico dos aportes oriundos da psicanálise que sustentam o conceito de “libido”, os mesmos encontram-se impedidos por um vício de origem – até o momento – a fazer ressonância com a rica, flutuante e intrincada rede de conexões neurais.

Resumidamente, observa-se que uma noção de “energia” capaz de sobreviver à navalha de Ockham, pode emergir, em termos neurobiológicos:

- a) de um complexo funcionamento das correntes iônicas;
- b) as quais são movidas por moléculas de *trifosfato de adenosina* (produto final da bomba energética do ciclo de Krebs);
- c) e das relações de um extenso e complexo repertório neuroquímico e hormonal, além do promissor horizonte de pesquisa na transmissão neuro-humoral (neuropeptídeos) que viabiliza sinalizações paralelas e complementares aos tradicionais sistemas de neurotransmissão (Haldane, 2004; Panksepp, Harro 2004).

Conforme sumariza Sean Haldane (2004: 51):

“A neurodinâmica repousa agora nas relações entre os distintos sistemas operacionais emocionais subcorticais, entre estes e a superestrutura cognitiva-neocortical e entre os estados emocionais e as memórias de emoções e pensamentos – todos em um continuum dinâmico de nossos cérebros e mesmo de nossos corpos, em que as estruturas anatômicas e celulares canalizam informação que também satura o fluido na qual elas vivem – uma espécie de oceano interior.”

De acordo com Haldane, a neurodinâmica contemporânea deve observar de que maneiras a excitação e a inibição afetam-se mutuamente, provocando mudanças estruturais no aparato neuro-cognitivo-afetivo.

4. Conclusão

Ainda que minimamente, e sob o risco de graves omissões e generalizações, procurou-se demonstrar que o conceito de transferência, atrelado a uma “energia libidinal” imaterial e todas as suas vinculações com outros pontos das teorias psicanalíticas convencionais não sobrevivem ao modelo epistêmico da neurodinâmica. Neste sentido, o conceito de transferência que, até certo ponto, seria passível de aproximações com a neurociência, vê-se radicalmente limitado ao ser inserido em um corpo teórico que exige maior fidelidade entre seus conceitos.

Logo, uma proposta “neuropsicanalítica” que fuja ao escopo da interdisciplinaridade parece ser duvidosa já que os campos da neurociência e da psicanálise revelam-se distintos tanto do ponto de vista histórico quanto por suas origens metodológicas, mas, sobretudo pelo fato das premissas metapsicológicas da psicanálise estarem em oposição às construções materialistas e experimentais da neurociência.

Tudo leva a crer que uma empreitada neuropsicanalítica satisfatória requer uma “inspeção” radical em ambas as bases teóricas e - ao que tudo indica - um dos lados do projeto neuropsicanalítico (conforme proposto por Solms) sairia em desvantagem. Para uma unificação mínima e efetivamente renovadora das bases epistemológicas destes campos, ambos os lados devem abrir mão de suas respectivas molduras conceituais, rumo a um novo patamar conceitual que reflita a integração efetiva destas distintas perspectivas.

Aparentemente, a neurociência parece longe de abrir mão de sua natureza experimental, o que lhe permite corrigir e revisar incessantemente suas percepções sobre a realidade, aparentemente livre de constrangimentos dogmáticos. Quanto à psicanálise, a percepção empírica é de que a maioria dos psicanalistas não parece disposta a reconhecer que seu edifício teórico e técnico possa vir a ser objeto de transformações qualitativas de monta. Dado que a psicanálise não é uma ciência ‘dura’, ela não é, portanto, passível de refutação; logo, a psicanálise não teria que se preocupar, com uma possível subversão de seus “horizontes de sentido”. Ora, o que não se pode provar não pode ser destruído, porém tampouco reconhecido como realidade existente e válida.

No entanto, este não é o caso da neurociência, cujo campo se parece muito mais com um grande pátio de obras onde partes do edifício, de vários lados e andares, estão sempre caindo e exigindo a presença de uma equipe afinada - metodológica e experimentalmente - para que sejam feitas as reestruturações necessárias e, **se possível**, se salve o edifício, ainda que à custa de um ininterrupto processo de restauração e reforma. Entretanto, ao que tudo sugere, observa-se na psicanálise um esforço contrário, com todos os esforços sendo envidados para que a edificação não sofra transformações estruturais, sendo-lhe permitidas tão somente reformas cosméticas.

Em assim sendo, pergunta-se: estará a psicanálise disposta a aderir às normas de trabalho deste “pátio de obras”? O que permaneceria de pé depois de uma rigorosa inspeção de sua estrutura? Será que conceitos como “libido erótica”, “fixações libidinais”, “zonas erógenas”, “catexia”, “pulsão”, “complexo de Édipo”, dentre outros, exibem plasticidade evolutiva a ponto de se sobreviver à lâmina de Ockham dos princípios neurodinâmicos? Caso não estejam aptos, como poderemos continuar a nomear como “psicanálise” o que vier a surgir das possibilidades de articulação entre estes dois campos? Estará a ala psicanalítica deste amalgama teórico disposta a abrir-se à possibilidade de revisar a sacralidade do legado freudiano e a abrir mão do santo nome da “psicanálise”? Até que ponto uma comunidade auto-declarada científica pode se dar ao conforto de sustentar uma nomenclatura (neuropsicanálise) que, internamente, não se sustenta?

Como se pode suspeitar, essas interrogações apenas oferecem plataformas reflexivas instigantes, ao menos no que se refere a uma crítica mais pontual à pretensa perenidade teórica e prática que permeia o “projeto” epistemológico psicanalítico.

Finalmente, parece razoável esperar daqueles que tencionam erigir uma “neuropsicanálise”, que estejam preparados para “pagar” o tributo exigido da incerteza. Pois que, em ciência, a certeza de hoje é o equívoco de amanhã e a verdade é sempre provisória, fruto sazonal e emergente de um longo e penoso processo de verificações epistemológicas e provas empíricas. Logo, alguns princípios básicos, necessários a qualquer articulação teórica, devem ser respeitados para que, pelo menos, satisfaça minimamente a metade neurocientífica desta fusão.


5. Referências bibliográficas

- Balint, M. (1989). *La falta básica*. Buenos Aires: Paidós.
- Bion, W.R. (1988). *Estudos psicanalíticos revisados* (Dantas, W.M.M., Trad.). Rio de Janeiro: Editora Imago. (Original publicado em 1967).
- Clyman, R.B. (1991). The procedural organization of Emotions: a contribution from cognitive science to the psychoanalytic theory of therapeutic action. *J. Amer. Psychoanal. Assn.*, 39S, 349-382.
- Cooper, A.M. (1987). Changes in psychoanalytic ideas: Transference interpretation. *J. Amer. Psychoanalytic Assoc.*, 35, 77-98.
- Damásio, A. (1996). *O erro de Descartes: emoção, razão e cérebro humano* (Vicente, D. e Segurado, G., Trad.). São Paulo: Editora Companhia das Letras. (Original publicado em 1994).
- Green, A. (1995). Neurobiologia e psicanálise. (Mello, IR., e Werneck, J.S.; Trad.). Em: *Corpo-Mente: uma fronteira móvel*. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo.
- Greenson, R.R. (1981). *A técnica e a prática da psicanálise* (Celidonio, M.C., Trad.). Vol. I. Rio de Janeiro: Editora Imago. (Original publicado em 1967).
- Guerra E.M. (2007). *O processo elaborativo na clínica psicoterápica de alinhamento pós-moderno: Um enfoque multidimensional e transdisciplinar*, Tese de Doutorado, programa de pós-graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Haldane, S.W. (2004). Uma abordagem relacional para a psicoterapia neurodinâmica. (Mariani, A. Trad.; Xavier, J.I.T., Rev. Técnica) *Rev. Reichiana*, 13, 45-59.
- Herculano-Houzel, S. (2005). *A neuropsicanálise existe?* Artigo publicado no “Estado de SP”: O Estado de SP, 25/12/05. Disponível na internet em <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=34117>. Acesso em 13/05/07.
- Hughlings-Jackson, J. (1931/1932). *Selected Writings*. (Ed. J. Taylor). London: Hodder and Stoughton Limited.
- Laplanche, J e Pontalis, J.B. (1994). *Vocabulário de psicanálise* (Tamen, P., Trad.). São Paulo: Editora Martins Fontes. (Original publicado em 1967).
- Ledoux, J. (1998). *O cérebro emocional: os misteriosos alicerces da vida emocional* (Santos, T.B., Trad.). Rio de Janeiro: Editora Objetiva. (Original publicado em 1996).
- Maturana, H. e Varela, F. (2002). *A árvore do conhecimento – As bases biológicas da compreensão humana* (Mariotti, H. e Diskin, L., Trad.). São Paulo: Editora Palas Athena. (Original publicado em 1984).
- Panksepp, J. (1998). *Affective neuroscience. the foundations of human and animal emotions*. Oxford/New York: Oxford University Press.
- Panksepp, J. (2001a). The long-term psychobiological consequences of infant emotions. Prescriptions for the twenty-first century. *Infant Mental Health J.*, 22 (1-2), 132-173.
- Panksepp, J. (2001b). The Neuro-evolutionary cusp between emotions and cognitions. Implications for understanding consciousness and the emergence of a unified mind science. *Evol. Cogn.*, 7 (2), 141-163.
- Panksepp J. e Harro, J. (2004). Future of neuropeptides in biological psychiatry and emotional psychopharmacology: goals and strategies. Em: Panksepp, J. (Ed.). *Textbook of biological psychiatry*. Hoboken, New Jersey: Wiley-Liss.
- Piaget, J. (1978). *O Nascimento da Inteligência na Criança* (Cabral A., Trad.). Rio de Janeiro: Editora Zahar. (Original publicado em 1966).
- Popper, K. (2003). *A lógica da pesquisa científica*. (Hegenberg, L e Mota, O.S., Trad.). São Paulo: Editora Cultrix. (Original publicado em 1959).

- Reich, W. (1989) *Análise do Caráter*. (Rego, R.A., Trad.). São Paulo: Editora Martins Fontes. (Original publicado em 1945).
- Sandler, J.; Dare, C. e Holder, A. (1986). *O paciente e o analista - Fundamentos do processo psicanalítico* (Meurer, J.L., Trad.). Rio de Janeiro: Editora Imago. (Original publicado em 1973).
- Sokal, A. e Bricmont, J. (2006). *Imposturas intelectuais: o abuso da ciência pelos filósofos pós-modernos* (Altman, M., Trad.). Rio de Janeiro: Editora Record. (Original publicado em 1999).
- Stern, D.N.; Sander, L.W.; Nahum, J.P.; Harrison, A.M.; Lyons-Ruth, K.; Morgan, A.C.; Bruschweilerstein, N. e Tronick, E.Z. (1998). Non-Interpretive Mechanisms in Psychoanalytic Therapy: the ‘something more’ than interpretation. *Int. J. Psycho-Anal.*, 79, 903-921.
- Tallaferro, A. (1996). *Curso básico de psicanálise* (Cabral, A., Trad.). São Paulo: Editora Martins Fontes. (Original publicado em 1989).
- Kaplan-Solms, K. e Solms, M. (2005). *Estudos clínicos em neuro-psicanálise: introdução a uma neuropsicologia profunda*. (Zimerman, B.T., Trad; Goergen, M.S., Rev. científica.). São Paulo: Editora Lemos. (Original publicado em 2000).
- Varela, F.J.; Thompson, E. e Rosch, E. (2003). *A mente incorporada: ciências cognitivas e experiência humana* (Hofmeister, M.R.S., Trad.). Porto Alegre: Editora Artes Médicas. (Original publicado em 1991).
- Xavier, J.I.T. (2004). *Atenção a Si e Psicoterapia Corporal: efeitos da auto-estimulação somatossensorial e suas implicações para o corpo, as emoções e a cognição*. Tese de Doutorado, programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Notas

- (1) Panksepp (1998) mapeou os sistemas emocionais básicos em operação no cérebro. Tais sistemas expressam a codificação neural subcortical dos sentimentos de fundo e das emoções emergentes e são construções filogeneticamente antigas e herdadas ao longo das gerações. Alguns dos sistemas emocionais em operação (SEO's) podem produzir valências emocionais positivas e negativas, conforme o contexto (SEO's SEEKING, RAGE, LUST) enquanto outros sinalizam exclusivamente valências negativas (FEAR, PANIC) ou positivas (PLAY, CARE)
- (2) PAG (*pery-acqueductal gray*): em português substância cinzenta periaquedutal ou simplesmente cinzento central: núcleo de corpos neuronais localizados profundamente no tronco cerebral. O PAG é a instância final responsável pela liberação gradual do espectro de comportamento defensivo (inibição comportamental, fuga e em última instância a agressão defensiva) e em torno do qual se organizam os substratos neurais primitivos do proto-self (Damásio, 1996) e do SELF ou Simple Ego Type Life Form (Panksepp, 1998). Para o detalhamento acerca das interações neurodinâmicas entre a atividade cognitiva, as emoções e as repercussões dos medos simbólicos sobre a corporeidade ver Xavier (2004).
- (3) Segundo a teoria de Huglings-Jackson (1931/1932), existem três níveis presumidos de atividade neuronal simultânea: apresentação (sensação), representação (percepção) e re-representação (‘mentação’).

 - **E.M. Guerra** é Graduado em Psicologia (Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora) e Filosofia (Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF), Mestre em Ciência da Religião (UFJF) e Doutor em Psicologia Clínica (Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, PUC-

SP). Atua como Psicólogo Clínico desde 1990 e Professor Titular I-A para o Curso de Psicologia (UNIPAC - Ubá). **J.I.T. Xavier** é Médico Psiquiatra (Universidade Católica de Pelotas), Mestre e Doutor em Psicologia (Instituto de Psicologia, Universidade Federal do rio de Janeiro, IP/UFRJ). Coordenador do NEPP. Endereço eletrônico: <http://www.neurodinamica.com>.